

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
01/11/2016



Brasil sobe em ranking com chance de reforma da Previdência

A possibilidade de reforma da Previdência em 2017 fez a avaliação sobre o sistema de pensões brasileiros melhorar no índice da consultoria Mercer, que elabora estudo global sobre o assunto.

As alterações em curso têm pontuação pequena, mas são favoráveis. "A melhora no ranking será bem maior se as reformas forem efetivas", afirma Marcelo Ferrari, diretor de negócios da Mercer.

As possíveis mudanças dão mais garantias de que o pagamento do benefício não será interrompido -no jargão da consultoria, amplia a sustentabilidade do sistema.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 01/11/2016

Prorrogação da MP de revisão do INSS será votada na terça

O governo Michel Temer sofreu uma derrota na última quarta-feira, quando tentou, e não conseguiu, que a Câmara Federal votasse a prorrogação da Medida Provisória da Revisão de Benefícios por incapacidade do INSS, também conhecido como 'pente-fino' da Previdência Social. Entretanto, uma manobra política do presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), que aproveitou o feriado de Finados e decretou feriadão nesta semana, suspendeu a votação para a próxima terça-feira, em caráter de urgência. A MP endurece regras de acesso ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez e de salário-maternidade, com programa de revisão de 530 mil auxílios-doença e 1,2 milhão aposentadorias por invalidez. O pente-fino começou em setembro e o objetivo do governo era economizar cerca de R\$ 6 bilhões ao ano – um mês após o início da checagem, o INSS já havia cancelado 82% dos cerca de 5.000 benefícios analisados. A MP, que tem força de lei, foi editada em julho de 2016 e tem que ser votada pela Câmara e pelo Senado até a próxima semana, caso contrário perderá a validade

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 01/11/2016

Cteep busca oportunidades para retomar expansão após indenização bilionária

SÃO PAULO (Reuters) - A transmissora de eletricidade Cteep, controlada pela colombiana Isa, se prepara para um novo ciclo de expansão no Brasil após registrar no último trimestre uma receita bilionária, referente à perspectiva de recebimento a partir do próximo ano de uma indenização prometida à empresa pelo governo federal ainda no final de 2012.

O presidente da companhia, Reynaldo Passanezi, disse que agora buscará bons negócios para investir os recursos da compensação, em uma mudança ante a postura "defensiva" adotada pela elétrica enquanto negociava com o governo o pagamento dos valores.

A indenização, referente a investimentos feitos pela companhia e que não haviam sido amortizados quando da renovação da concessão, foi estimada em cerca de 8,6 bilhões de reais, com impacto positivo de 4,2 bilhões de reais no lucro da Cteep no último trimestre. Com esses recursos, a elétrica deverá buscar oportunidades tanto em leilões de novos projetos quanto em aquisições, disse Passanezi. Essa movimentação já foi iniciada na última sexta-feira, quando a companhia arrematou três lotes de concessões em uma licitação de novas linhas de transmissão realizada pela Aneel - sendo dois em parceria com a Taesa, controlada pela Cemig e pelo fundo Coliseu.

"O ambiente em que a gente vive é de uma situação macro e política de maior confiança, de uma situação financeira confortável, com o recebimento dos recursos da indenização, e de uma série de oportunidades de crescimento na frente de leilões e aquisições", afirmou Passanezi. Ao falar durante encontro com investidores nesta segunda-feira, ele lembrou que 2016 marca o aniversário de 10 anos da entrada da Isa no controle da Cteep e disse que o objetivo dos colombianos é reforçar a participação do Brasil nos resultados do grupo.

Leia mais em: <http://extra.globo.com/noticias/mundo/ctEEP-busca-oportunidades-para-retomar-expansao-apos-indenizacao-bilionaria-20389775.html#ixzz4OkYGTajc>

Correção: Sabesp faz acordo com Emae

São Paulo, 29 - A nota enviada anteriormente contém uma incorreção. O total a ser pago é de 218,130 milhões, e não como constou. Segue o texto corrigido:

São Paulo, 29/10/2016 - A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) anuncia acordo com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) para o encerramento de litígio, envolvendo pagamento de dívida. Conforme comunicado da Emae sobre o tema, também divulgado ontem, o total é de R\$ 218,130 milhões. De acordo com o fato relevante da Sabesp ao mercado na noite desta sexta-feira, o acordo visa o encerramento de quatro disputas. São elas: a ação de instituição de arbitragem proposta pela Emae, em trâmite na 5ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, ora em fase de apelação; o procedimento arbitral nº 069/2013 perante o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) sobre o Reservatório Guarapiranga para pleitear compensação financeira por alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia; a ação ordinária no Foro Central da capital pela qual a Emae pleiteia compensação financeira no caso do Reservatório Billings; e ação cautelar de exibição de documentos proposta pela Sabesp contra a Emae perante a 9ª Vara da Fazenda. O acordo está sujeito a aprovação dos órgãos societários de ambas as partes e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para encerrar todos os litígios, a Sabesp se compromete a pagar à Emae R\$ 6,61 milhões em pagamentos anuais até 2042, corrigidos da data da assinatura pelo IPCA, sendo o primeiro deles a ocorrer até o último dia útil do mês de outubro de 2017; e R\$ 46,270 milhões em cinco parcelas anuais e sucessivas, corrigidas também monetariamente pelo IPCA, sendo a primeira de R\$ 9,254 milhões com vencimento em 30/04/2017 e as demais de igual valor, com vencimento todo dia 30 de abril dos anos seguintes.

Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2016/10/29/internas_economia,819205/correcao-sabesp-faz-acordo-com-emaes.shtml

Confiança da indústria cai no trimestre encerrado em outubro

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) teve queda de 1,6 ponto no trimestre encerrado em outubro. Setembro registrou alta de 2,1 pontos, ao atingir 86,6 pontos. Quinze dos 19 segmentos pesquisados apresentaram retração.

A pesquisa Sondagem da Indústria de Transformação foi feita pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1.121 empresas, entre os últimos dias 3 e 27. Para 12,7% das empresas consultadas, os estoques estão excessivos. O índice é o mais baixo desde janeiro do ano passado, quando a taxa oscilou em 11,5%. A parcela de empresas que apontaram a existência de estoques insuficientes diminuiu de 7,1% para 4,8% do total.

O superintendente de Estatísticas Públicas da FGV, Aloisio Campelo Junior, afirmou que a retomada do crescimento econômico deve ocorrer, mas em ritmo mais lento. “O tombo da produção física em agosto, registrado pelo IBGE, não representou uma reversão da tendência de recuperação da economia, mas mostrou que o ritmo de retomada será bem mais lento do que o setor industrial previa no início deste semestre”. A sondagem mostrou recrudescimento tanto em relação ao momento atual quanto ao desempenho para os próximos seis meses.

Fonte: Agência Brasil – 01/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

Governo veta acréscimo de parcelas para o seguro-desemprego

Em reunião na semana passada, a penúltima de 2016, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) rejeitou proposta das centrais sindicais de acrescentar duas parcelas no pagamento do seguro-desemprego. A bancada empresarial se uniu à do governo para derrubar a proposição, que levou quatro meses para ser discutida. Para o representante da CUT no Conselho, Quintino Severo, a decisão mostra uma nova concepção de governo, desfavorável ao trabalhador. Segundo ele, após aceitar discutir o tema e falar até em aprovação conforme a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, "mudou o discurso" e passou a falar em insegurança jurídica. Quintino afirma que não há argumento, seja técnico ou jurídico, contra a proposta. "Recurso tem, e garantia jurídica também. A parcela extra é uma excepcionalidade", diz. Três integrantes da bancada empresarial se juntaram ao governo, somando oito votos contra a medida, ante cinco das centrais – uma delas não participou da reunião. O representante da CUT observou mudança de posicionamento inclusive de integrantes do setor patronal, que costumam votar conjuntamente com os trabalhadores.

Fonte: Rede Brasil Atual – 01/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>